

Ofício nº 911 (SF)

Brasília, em 13 de julho de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Beto Mansur
Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Projeto de Lei do Senado à revisão.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2013, de autoria do Senador Casildo Maldaner, constante dos autógrafos em anexo, que “Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa com deficiência”.

Atenciosamente,

6E73A9B0

6E73A9B0

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) incidentes nas operações com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) as operações com os seguintes acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor destinado ao uso por pessoa com deficiência:

I – plataforma de elevação para cadeira de rodas manual, eletro-hidráulica ou eletromecânica, especialmente desenhada e fabricada para uso por pessoa com deficiência, suas partes e acessórios, classificados na subposição 8714.20.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

II – elevadores do tipo **lift**, classificados na subposição 8425.49.90 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

III – rampa para cadeira de rodas, suas partes e acessórios, classificados na subposição 8714.20.00 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

IV – guincho para transportar cadeira de rodas, suas partes e acessórios, classificados na subposição 8714.20.00 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

V – bancos móveis, classificados na subposição 8714.20.00 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

VI – equipamentos necessários para serem instalados em veículo automotor destinados à adaptação para pessoa com deficiência física impossibilitada de dirigir veículo convencional, classificados na subposição 8714.20.00 da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011.

6E73A9B0

6E73A9B0

Parágrafo único. Para a concessão do benefício é considerada também pessoa com deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral ou membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto a deformidade estética e a que não produza dificuldade para o desempenho de funções.

Art. 2º Assegura-se a manutenção do crédito do IPI relativo:

I – às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos nos incisos do art. 1º;

II – ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a equipamentos, peças e partes originários e procedentes de países integrantes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante dos acessórios e adaptações especiais a que se refere o art. 1º.

Art. 3º São isentas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), a que se referem as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, as receitas decorrentes da venda e as aquisições, em caso de importação, dos acessórios e adaptações especiais relacionados no art. 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente ao de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de julho de 2015.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

6E73A9B0

6E73A9B0